
O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO EM *HISTÓRIA DE TIA NASTÁCIA*¹

MARCON, Silvânia Aparecida de Menezes²

BORGES, Valdeir²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise do preconceito lingüístico na obra *Histórias de Tia Nastácia* de Monteiro Lobato, fundamentando-se nos estudos da sociolingüística. A partir dos mitos lingüísticos, responsáveis pela exclusão social, percebemos o choque entre a cultura branca, principalmente quanto ao uso da língua.

Palavras-chave: Preconceito lingüístico. Monteiro Lobato. Sociolingüística. Mitos. Tia Nastácia.

SUMMARY: This work has for objective to present na analysis of the linguistics preconception on Tia Nastácia stories of Monteiro Lobato, basing on sociolinguistics studies. From linguistics myths, which is responsible for this social exclusion, we can see the impact between blacky or white culture, mainly related to the use of the language.

Keywords: Linguistics preconception. Monteiro Lobato. Sociolinguistic. Mythis. Tia Nastácia.

INTRODUÇÃO

A vida de uma língua está na fala. (CAGLIARI, 1989).

Pretendemos, com este trabalho, apresentar o preconceito lingüístico à luz da sociolingüística e oferecer reflexões para repensarmos, como educadores e formadores de opinião, nossa postura diante da variedade lingüística.

Discutiremos primeiramente, a manifestação desse preconceito a partir de mitos criados sobre a língua, demonstrando a eficácia de gramáticos tradicionalistas e da grande mídia na disseminação de padrões formais de fala e na conseqüente exclusão social de milhares de falantes.

Posteriormente, mostraremos a análise desse preconceito na obra *Histórias de Tia Nastácia* de Monteiro Lobato, enfatizando a postura contraditória do autor que, inserido no contexto inovador da Semana de 22, acaba por negar a importância das histórias populares contadas por Tia Nastácia.

¹ O presente estudo faz parte de um trabalho maior desenvolvido como monografia do Curso de Pós-Graduação em Letras, nível *lato sensu*, apresentado à FE/FFCL - 2004

² Pós-graduadas em Letras: Lingüística e Estudos Literários pela FE/FFCL - 2004

1 O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E A EXCLUSÃO SOCIAL

A abordagem da problemática que envolve os mitos lingüísticos e os preconceitos que daí advém, poderá ser plenamente entendida levando-se em conta o papel desempenhado pela lingüística, enquanto ciência comprometida no combate a idéias e comportamentos que marginalizam e isolam comunidades não-falantes de norma “cultura”.

De acordo com Silva; Moura(2000, p.9), “um postulado básico da lingüística é a diferença entre uma visão normativa das línguas (sem base conceitual científica) e uma visão descritiva das línguas, desenvolvida com os instrumentos da ciência lingüística”. Para esses autores, é a visão normativa que gera os maiores preconceitos, pois associa o falar “correto” às classes altas e o falar “errado” às classes populares.

Percebemos então, que a raiz do preconceito lingüístico encontra-se intrinsecamente ligada à questão social, ou seja, o poder das classes dominantes é antes o poder de uso de uma linguagem capaz de submeter os milhares de falantes que não ocupam um lugar prestigiado na sociedade: “O domínio da escrita e o acesso ao saber acumulado têm sido uma das maiores fontes de poder nas sociedades e, por isso mesmo, privilegiado das classes dominantes.” (CAGLIARI, 1989, p.10).

Para entendermos o porquê de a variedade padrão ser considerada a única forma de linguagem “correta”, é preciso antes reconhecer que escrita e fala são realidades distintas. Segundo Gnerre (1998, p.8), escrita e fala não se misturam, pois escrever nunca será o mesmo que falar, ou seja, a fala é espontânea, enquanto a escrita é uma operação que depende de escolhas, formas e conteúdos referenciais para construir sentido. A fala, justamente por levar em conta a interação e a interlocução, acaba desenvolvendo mecanismos de acomodação capazes de facilitar a comunicação entre os falantes. Essas acomodações e construções orais vão sendo, incorporadas à língua escrita, e acabam gerando conflitos e divisões. Nesse sentido, para que a língua escrita não seja “corrompida” por “aberrações lingüísticas”, são instituídas normas restritivas quanto ao seu uso.

Ainda que os atos de fala sejam os responsáveis pela mudança histórica das formas da língua, é a língua padrão que se firma como “patrimônio cultural, porque define valores fixados na tradição escrita”. (GNERRE, 1998, p.6).

Ao contrário da fala, a língua escrita ou “padrão”, por se acessível a pequenos grupos, é símbolo de *status* para seus usuários. “O passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita e, conseqüentemente, sua transmissão de informações de ordem política e cultural”. (GNERRE, 1998, p.7).

Portanto, variedade padrão – escrita – poder, fazem parte da história da evolução das línguas e, por isso mesmo, o preconceito lingüístico é tão resistente e continua excluindo comunidades lingüísticas que não dominam a norma culta. A história do reconhecimento e do valor atribuídos a uma variedade lingüística é na verdade uma história ligada ao poder. Tomemos, por exemplo, o caso da Idade Média em que se considerava como ideal e correta a variedade do latim associada à escrita cujo conhecimento e domínio pertenciam à Igreja e à nobreza.

De acordo com Gnerre (1998, p.7 e 8), no caso do galego e do português, houve um reconhecimento dessa variedade lingüística, porque convencionou-se a usá-la na Galícia, que era um centro poderoso do século XI. Assim, o galego-português, língua usada para compor as primeiras cantigas trovadorescas, era o símbolo do poder de Santiago de Compostella. Essa separação entre variedade padrão e variedades não-padrão é uma tradição com séculos de existência que comprova, então, ser a sociedade quem estabelece a variedade-padrão de prestígio e estigmatiza as demais variedades lingüísticas.

Curiosamente Cagliari (1989, p.85) chama-nos a atenção para o fato de que no Brasil, ao contrário do Reino Unido, onde o dialeto-padrão é o “inglês da rainha”, a variedade-padrão imposta como única correta não provém de um “português da rainha, nem do imperador presidente da República ou equivalente”. O que ocorre aqui é que em todas as regiões existem dois tipos de variedade, uma predominante e outras estigmatizadas. Todavia, essa variedade predominante não é a única válida para todas as regiões brasileiras.

Em São Paulo, por exemplo, existe o dialeto-padrão dominado pelos falantes “cultos” e outros dialetos estigmatizados, até chegarmos ao dialeto “caipira”, que é o mais discriminado de todos. Em Santa Catarina, Belo Horizonte e Rio de Janeiro existe também a variedade de prestígio, que todavia, difere da variedade de prestígio usada em São Paulo ou Curitiba.

Na verdade, o que ocorre no Brasil é que desconhecemos os fatores que as “classes cultas” usam para justificar a imposição da variedade-padrão como a única válida. No dizer de Gnerre (1998, p.17), a norma vemos nas gramáticas é “um conjunto de opiniões sobre como a língua deveria ser, segundo os gramáticos”.

Percebemos então um verdadeiro “abismo” entre a norma gramatical que se pretende vernacular e restrita a um grupo seletivo de falantes e o seu dinâmico da língua a serviço das mais diversificadas comunidades lingüísticas:

A realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente como é a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva. (HOUAISS, 1960, p.73 *apud* CASTILHO, 1973 *apud* GNERRE, 1998, p.17).

De acordo com Gnerre (1998, p.17), não há no Brasil base científica que comprove a validade da norma padrão enquanto “tradição cultural e identidade nacional”, fato esse que contribui para reforçar um preconceito de origem social e profundamente arraigado em nossa cultura de povo colonizado. Assim, a variedade-padrão falada no Brasil associa-se antes à herança colonial, que nos impôs como modelo a escrita de Portugal. O resultado dessa imposição sem base científica comprovada é que ainda hoje nossas gramáticas insistem em ensinar a escrita modelar de Portugal como única possibilidade de língua correta.

Sabemos, no entanto, que lingüisticamente não existe uma língua melhor ou mais certa, mas sim usos diferentes da língua. O fato de um dialeto basear-se num modelo gramatical fossilizado e reconhecido socialmente não significa que ele seja o melhor: “Um dialeto não é simplesmente um uso errado do modo de falar de outro dialeto. São modos diferentes”. (CAGLIARI, 1989, p.19).

É possível então, percebermos que mesmo os dialetos desprestigiados socialmente partem sempre de uma organização lógica para estruturar a fala e estabelecer a comunicação. Cagliari (1989, p.36) afirma que as línguas são conjuntos de falares diferentes, que, apesar de serem semelhantes entre si, possuem cada qual particularidades lingüísticas que são a marca de suas respectivas comunidades.

À lingüística, interessa, então, investigar a lógica existente na construção e no uso efetivo da língua, levando em conta que esta é instrumento vivo e dinâmico e que seu uso não é aleatório, ou seja, os falantes expressam-se segundo regras de organização lógicas.

Cagliari (1989, p.35) ilustra o acima citado com o exemplo de dois grupos de falantes em que um grupo pode dizer “nóis vai prantá mio”, e o outro grupo dizer “nós vamos plantar milho”, sem que nenhum deles esteja se expressando certo ou errado. No entanto, se o grupo de falantes que diz “nóis vai prantá mio” disser “vai mio prantá nós”, certamente haverá um erro lingüístico nesse dialeto, pois a estrutura e a organização lógica da língua foi alterada.

Portanto, a língua. Sendo a identidade maior de uma nação, não deve ser considerada propriedade exclusiva de uma minoria, mas sim ser compartilhada como um bem necessário a todos. Nesse sentido, nossos primeiros escritores românticos já buscavam ansiosamente uma prosódia totalmente brasileira, como comprova a alusão feita por Manuel bandeira ao poema

de Gonçalves Dias, “Canção do Exílio”; “A ‘Canção do Exílio’ é uma poesia cujo encanto verbal desaparece quando traduzida para outra língua. Desaparece mesmo quando dita com a pronúncia portuguesa (BANDEIRA *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 2004, p.13).

É interessante percebermos que a luta por uma língua brasileira é uma luta inerente à nossa história de busca de identidade como povo e como nação autônoma e livre das amarras de Portugal. Todavia, convivemos ainda com o estigma de povo dominado e aceitamos os rótulos e os preconceitos disseminados pela grande mídia. Aceitamos programas educativos que insistem em nos ensinar a maneira correta de falarmos nossa língua, aceitamos novelas que discriminam o dialeto do interior, o dos nordestinos, o dos pobres e sem cultura. Segundo Cagliari (1989, p.85), aceitamos um novo conceito de fala de prestígio – a fala formal da televisão ou “padrão global” – imposto pela Rede Globo, que institui uma fala-padrão e faz das outras variedades da língua motivo de riso e deboche.

Marcos Bagno é categórico ao expor essa questão do preconceito em relação ao dialeto nordestino:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem nordestino é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano lingüístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em nenhum lugar do Brasil, muito menos no Nordeste.

(BAGNO, 2000, p. 43 e 44).

Todos esses preconceitos em relação à língua nos levam a pensar a linguagem enquanto instrumento social que, cumprindo sua função de comunicação, informa antes a posição social ocupada pelo falante. De acordo com Fiorin (2000, p.24 e 25), falamos para não dizer nada, falamos para ironizar e dominar, e ainda para exprimir emoções e pensamentos. “A linguagem é uma forma de ação no mundo [...] e não se reduz, portanto, as regras do bem falar, na maior parte dos casos, completamente arbitrárias”.

É muito comum, então, a associação entre poder, norma culta e prestígio, assim como pobreza, fala popular e desprestígio.

A discriminação linguística manifesta-se então, a partir do confronto entre falas “certas”, “bonitas” e que saem da boca de falantes socialmente aceitos, e falas “erradas”, “feias” ou “engraçadas” ditas por falantes “pobres”, “caipiras”, “analfabetos” ou “sem cultura”.

Para Fiorin (2000, p.23 e 27), o preconceito, qualquer que seja ele, manifesta-se quando diferenças passam a ser consideradas como erros, aberrações ou vícios. “O preconceito não tem originalidade, surge sempre da intolerância em relação à variação e à mudança”.

2 ANÁLISE DE FRAGMENTOS DA OBRA *HISTÓRIAS DE TIA NASTÁCIA*

Nesta parte, para procedermos a análise do preconceito lingüístico na obra lobatiana, *Histórias de Tia Nastácia*, tomaremos como base o estudo feito por Marisa Lajolo (1998), assim como a demonstração de alguns mitos estudados pelo lingüista Marcos Bagno (2004).

Do ponto de vista lingüístico, há um confronto entre Nastácia, que conta em linguagem popular, e Dona Benta, que conta em linguagem padrão. Tia Nastácia é criticada a todo momento e, mesmo simbolizando a sabedoria popular, suas histórias, narradas em linguagem coloquial, não têm credibilidade se comparadas às histórias clássicas contadas por Dona Benta.

Lajolo (1998) conclui, então, que Lobato apresenta uma atitude preconceituosa em relação ao negro, sendo contraditório nas idéias modernistas de inovar o Brasil, principalmente na busca por uma linguagem coloquial. A obra lobatiana em questão, explícita ou implicitamente, abre espaços para o confronto entre a “cultura de uma negra analfabeta” e a “cultura das crianças brancas”:

Lobato reproduz a história encenando a situação de narração e recepção, pondo, pois, em confronto o mundo da cultura negra do qual, no caso, tia Nastácia é legítima porta-voz e o mundo da modernidade branca, à qual dão voz tanto as crianças como a própria Dona Benta, também ouvinte de tia Nastácia e também ela insatisfeita com as histórias que ouve [...]

De acordo com Bagno (2004, p.40-45), há o mito de que pessoas não instituídas falam errado, ou seja, os indivíduos, que não têm conhecimento gramatical e lexical adquiridos na escola, não são dignos de prestígio enquanto falantes de uma língua. Na obra lobatiana citada, percebemos que as histórias de Tia Nastácia, por fazerem parte do registro oral, sofrem modificações ao longo das gerações, enquanto as histórias de Dona Benta, por fazerem parte do registro escrito, são atemporais, clássicas e, por isso, prestigiadas socialmente.

As histórias que andam na boca do povo não são como as escritas. As histórias escritas conservam-se sempre as mesmas, porque a escrita fixa a maneira pela qual o autor a compôs. Mas as histórias que correm na boca do povo vão se alterando

com o tempo. Cada pessoa que conta muda uma coisa ou outra, e por fim elas ficam muito diferentes d que eram no começo. (LOBATO, 2004, p.15).

Ressaltamos ainda o mito da unidade e da pureza da língua, fundamentado no princípio da “imutabilidade e da invariabilidade das línguas”, que na grande mídia idealiza a “fala formal da televisão”, ao passo que deprecia a fala dos negros, como as de Tia Nastácia no programa infantil Sítio do Pica-Pau Amarelo. Neste sentido, a degradação do português considerado correto é de responsabilidade dos negros que trazidos ao Brasil passaram a incorporar à pureza gramatical da língua, construções condenáveis e comprometedoras da unidade lingüística.

Assim, uma raça que não é “pura”, não poderia falar uma língua “pura”. Não é difícil encontrar intelectuais renomados que lamentam a “corrupção” do português falado no Brasil, língua de “matutos”, de “caipiras infelizes”, arremedo tosco da língua de Camões. (BAGNO, 2004, p.21).

Percebemos, então que a idealização da língua portuguesa caracteriza-se também por uma idealização cognitiva. Segundo Moura (2000, p.13-14), “falar bem equivale a pensar bem, logo, só aqueles que dominam a língua oficial, a língua dos brancos cultos, pensam com a clareza necessária. Os outros desenvolveriam um pensamento pré-racional, pitoresco talvez, mas não suficientemente cartesiano”. Essa diferença torna-se evidente se compararmos a linguagem empregada por Tia Nastácia e aquela usada por Dona Benta.

Bourdieu (1977), citado por Genrre (1998, p.5), fala que “o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico”. A partir dessa afirmação, entendemos que a língua falada e/ou escrita para ser valorizada depende da posição social ocupada pelo falante.

Tia Nastácia, por ser negra, pobre e contadora de histórias populares, concentra a força do preconceito racial, social e lingüístico. As falas de Emília e Pedrinho, respectivamente, deixa-nos isso bem claro.

Pois é cá comigo – disse Emília – só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras – coisa mesmo de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto... (LOBATO, 2004, p.18-19)

Bem se vê que a história contada por negras velhas, cozinheiras. (LOBATO, 2004, p.25).

Ao comentar que o povo, principalmente da roça, apenas repete as histórias contadas. Dona Benta justifica esse fato, referindo-se ao analfabetismo como causa disso, ou seja, o povo analfabeto não contribui para o progresso.

Por causa do analfabetismo. Como não sabem ler, só entra na cabeça dos homens do povo o que os outros contam – e os outros só contam o que ouviram. A coisa vem assim num rosário de pais e filhos. Só quem sabe ler, e lê os bons livros, é que se põe de acordo com os progressos que as ciências trouxeram ao mundo. (LOBATO, 2004, p.37).

As histórias populares são desvalorizadas em detrimento das obras literárias, cujo valor artístico lhes confere também valor social. Essa idéia está presente na afirmação de Narizinho: “Histórias do povo não quero mais. De hoje em diante, só as assinadas pelos grandes escritores. Essas é que são artísticas”. (LOBATO, 2004, p.77).

A justificativa para a figura do negro, porventura inserida nas histórias, aparece sempre que Tia Nastácia é a narradora das histórias. Isso pode ser percebido no diálogo entre Pedrinho e Narizinho, quando Tia Nastácia terminou de contar a história *João e Maria*, em oposição à de Andersen.

- Na versão de Andersen – disse Narizinho – não há negro nenhum, nem nada de três cães. O povo aqui no Brasil misturou a velha história de Joãozinho e Maria com outra qualquer, formando uma coisa diferente. A versão de Andersen é muito mais delicada e chama-se *Hansel e Gretel*.
- O tal negro entrou aí – disse Pedrinho – porque no Brasil as histórias são contadas pelas negras, que gostam de enxertar personagens pretos como elas. Lá na Dinamarca Andersen nunca se lembraria de enxertar um preto porque não há pretos. Tudo gente loura. (LOBATO, 2004, p.23).

Com base nessas análises, deparamos constantemente com a oposição entre as histórias populares e o paradigma de histórias clássicas ou história dos “bons livros”. De acordo com Lajolo (1998), as histórias contadas por Tia Nastácia são inadequadas “a seu auditório na voz dos próprios ouvintes”. Esses ouvintes são responsáveis pelo estabelecimento da “diferença que afasta a tradição letrada e moderna que, erigindo-se em referente, confina à marginalidade a produção cultural que não venha desse mundo urbano e moderno”. Conseqüentemente, são prestigiados apenas aqueles portadores de uma linguagem considerada culta.

CONCLUSÃO

Procuramos demonstrar, com este trabalho, os caminhos percorridos para a análise do preconceito lingüístico em *Histórias de Tia Nastácia*. A abordagem dos mitos somada às investigações sociolingüísticas empreendidas por teóricos da lingüística possibilitou-nos confirmar a existência, ainda que não intencional, de preconceitos latentes e por vezes cruéis, em relação à personagem Tia Nastácia.

A pesquisa permitiu-nos ainda, entender o comprometimento da lingüística em desmitificar os clichês que restringem a capacidade humana de pensar além do convencionalismo lingüístico, racial e social, assim como o poder concentrado num ato de comunicação aparentemente democrático.

Para finalizar, podemos afirmar que a lingüística desponta no contexto da modernidade como uma ciência empenhada na busca de uma autonomia brasileira para nossa língua, como forma de levar à conquista da cidadania os mais de 160 milhões de brasileiros.

REFERÊNCIA

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 29. ed. São Paulo: Loyola, 2004 .

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989. (Série Pensamento e ação no magistério).

CASTILHO, Ataliba T. de. Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: São Paulo. Secretaria de Educação. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**. São Paulo. SE/CENP, 1988, v.3.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. 4.ed. São Paulo: Atual, 2004, v.2.

FIORIN, José Luiz. Os Aldrovandos Cantagalos e o preconceito lingüístico. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (org.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem escrita e poder**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998(Texto e linguagem).

LAJOLO, Mrisa. A figura do negro em Monteiro Lobato. **Revista presença pedagógica**, set./out.1998. Disponível em <http://www.editoradimensao.com.Br/revistas/revista23_trecho.htm>. Acesso em 13/02/2005.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. 32 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. A língua popular tem razões que os os gramáticos desconhecem. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo(org.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000.